

## **Nota da Associação Brasileira de Antropologia e de seu Comitê de Gênero e Sexualidade sobre a PEC 181/15**

A Associação Brasileira de Antropologia (ABA) através de seu Comitê *Gênero e Sexualidade* torna pública sua profunda preocupação diante do grave risco de violação dos direitos das mulheres, caso a Proposta de Emenda Constitucional 181/15 seja aprovada pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

Em 08 de novembro passado, a PEC de autoria de Aécio Neves e apelidada pelas Feministas de “Cavalo de Troia”, foi aprovada por 18 homens da Comissão Especial da Câmara dos Deputados, tendo como único voto contrário o da Deputada Erika Kokay. O texto inicialmente propunha a ampliação da licença maternidade para mulheres que tivessem bebês prematuros, o que, sem dúvida, significaria um avanço em termos de direitos trabalhistas, não fosse a estratégia fundamentalista por parte desses deputados em incluir no texto o trecho “desde a concepção”. Tal modificação sobrepõe o direito do embrião ao direito das mulheres, o que pode criminalizá-las caso venham a optar pelo aborto legal - previsto desde 1940 pelo CPB e ratificado por normas Ministeriais - ou em casos de anencefalia - decisão tomada em 2012 pelo Supremo Tribunal Federal tornando possível a interrupção da gravidez também nesta situação.

Efetivamente, caso aprovada, mulheres e meninas vítimas de violação, mulheres cuja gravidez representa risco de vida para si ou gestantes de fetos anencefálicos correrão o risco de não poder mais recorrer aos serviços de aborto legal e seguro existentes no país, o que as viola gravemente em seus direitos fundamentais. Esse retrocesso implicará, sem dúvidas, numa revitimização institucional, e conseqüentemente no aumento de mortes maternas no país afetando especialmente aquelas mulheres que já estão mais presentes nas taxas de mortalidade materna, as pobres e as negras.

A PEC 181/15 significa um enorme retrocesso em relação aos direitos conquistados por meio da luta dos movimentos sociais e garantidos pela Constituição de 1988, representando uma ameaça aos direitos à liberdade, informação, saúde e integridade física e psíquica das mulheres. A aprovação dessa PEC representa a imposição de valores conservadores, religiosos e moralistas monocráticos os quais desrespeitam a laicidade do Estado e que se contrapõem a um entendimento de direitos fundamentais que admite a diversidade, a pluralidade e a autonomia individual.

**Associação Brasileira de Antropologia - ABA e seu Comitê Gênero e Sexualidade**

Brasília, 16 de novembro de 2017.